



**ATA DA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e doze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Deputado Paulo Duarte e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - *Bom dia, Deputado Paulo Duarte, que está presidindo esta Sessão! Bom dia aos Deputados Antonio Vaz, Amarildo Cruz, Zé Teixeira, Evander Vendramini, Professor Rinaldo, Coronel David, Marçal Filho, Neno Razuk, e aos nossos colaboradores. "Ata da Trigésima Nona Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e dezoito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lidas e aprovadas as Atas de números Quarenta e Dois da Trigésima Oitava Sessão Ordinária, Quarenta e Três e Quarenta e Quatro da Segunda e Terceira Sessões Extraordinárias. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 229/2022, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ofícios nºs 64 a 67/2022, da Senadora Simone Tebet; Ofício nº 162/2022, da Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 232, 259, 268, 269, 273, 274, 275 e 276/2022, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 737/2022, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 366/2022, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Carta nº 05.0233/22, da Claro Telefonía. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usou da palavra o Deputado Pedro Kemp. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Paulo Corrêa, Lucas de Lima, Barbosinha, Jamilson Name, Neno Razuk, Zé Teixeira, Renato Câmara, Herculano Borges, Lidio Lopes, Evander Vendramini. **GRANDE EXPEDIENTE** - Usou da palavra o Deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 100/2022, de autoria do Deputado Felipe Orro; Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2022, de autoria do Deputado Paulo Duarte; Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2022, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 110/2021, do Deputado Evander Vendramini. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 417/2021, de autoria dos Deputados João Henrique e Coronel David, apensado ao Projeto de Lei nº 22/2022, de autoria do Deputado Capitão Contar; Projeto de Lei nº 212/2020, de autoria do Deputado Capitão Contar. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria da Casa, endereçada aos familiares de Nelcy Chaia; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Raimundo José da Silva; requerimento de moção de pesar, de autoria do Deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Maria Aparecida Brito dos Santos; requerimento de moção de*

congratulação, de autoria do Deputado Felipe Orro à Empresa ZooRural, na pessoa do seu proprietário, Senhor Fábio Fialho, pelos doze anos de serviços de qualidade prestados no mercado rural; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes, aos Prefeitos de Angélica e Bodoquena, pelo aniversário do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Amarildo Cruz, ao Prefeito de Itaquiraí, pelo aniversário do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Evander Vendramini, endereçada ao Prefeito de Nova Alvorada do Sul, pelo aniversário do município; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Renato Câmara, endereçada ao Instituto Cristina López Yóga Clássico, pela comemoração dos quinze anos de atividade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do Deputado Neno Razuk, endereçada à Autoescola Liderança, na Cidade de Dourados, pelo seu aniversário de vinte e nove anos; requerimento de autoria do Deputado Lidio Lopes, solicitando a realização de audiência pública, juntamente com a Associação de Mulher de Negócios e Profissionais de Campo Grande; indicações apresentadas pelos Deputados Lidio Lopes e Lucas de Lima.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Usaram da palavra os Deputados Zé Teixeira, Professor Rinaldo e Barbozinha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezessete de maio do ano de dois mil e vinte e dois". Senhor Presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao Primeiro-Secretário, Deputado Zé Teixeira, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente e nobres pares! Expediente da Sessão Ordinária do dia 18 de maio de 2022: Ofício nº 650/2022, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do Deputado Evander Vendramini (Prot. nº 25.408/2022); Ofício nº 738/2022, da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), encaminhando cópia do Termo de Convênio nº 013/2022, para ciência deste Poder Legislativo (Prot. nº 25.393/2022); Ofício nº 2/2022, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), respondendo ao requerimento do Deputado Evander Vendramini (Prot. nº 25.389/2022); Ofícios nºs 784, 785, 789, 790, 791, 792, 796, 798, 803 e 804/2022, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande (Sisep), respondendo às indicações dos Deputados Pedro Kemp, Herculano Borges, Lucas de Lima, Marcio Fernandes e Capitão Contar (Prot. nºs 25.377, 25.378, 25.379, 25.380, 25.381, 25.386, 25.382, 25.383, 25.391, 25.392/2022). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Passemos à Segunda Parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o Deputado Paulo Duarte. Transferida. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados. (*Duas indicações, de autoria do Deputado Barbozinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Ministro de Estado da Saúde, ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao Senhor Flavio da Costa Britto Neto, Secretário de Estado de Saúde, solicitando a destinação de recursos financeiros

para aquisição de três veículos de passeio para transporte de equipes das Unidades de Saúde da Família do Município de Costa Rica (Prot. nº 01747/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Renato Marcílio da Silva, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a destinação de recursos financeiros para que sejam realizadas obras de pavimentação asfáltica da Rodovia MS-245, no trecho de aproximadamente setenta e oito quilômetros, iniciado na BR-163, que interliga o Município de Bandeirantes a Ribas do Rio Pardo (Prot. nº 01748/2022). Um projeto de lei, de autoria do Deputado Evander Vendramini. Estabelece, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, infrações administrativas a condutas discriminatórias, cometidas por agentes públicos e por pessoas jurídicas contra pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA), tendo como base a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e dá outras providências (Prot. nº 01745/2022). Uma moção de pesar, de autoria do Deputado Felipe Orro. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar aos familiares da Senhora Aparecida Grassi Ayoub, artista plástica, falecida no último dia 12 de maio de 2022, nesta Capital (Prot. nº 01755/2022). Duas indicações, de autoria do Deputado Herculano Borges. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176, do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, para que seja executada Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da Rua Oceânia, no Bairro Tiradentes, nesta Capital (Prot. nº 01743/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176, do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder à Prefeita Municipal de Campo Grande, Senhora Adriane Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, para que seja executada Operação Tapa-Buraco em toda a extensão da Rua Barão de Ubá, no Bairro Tiradentes, nesta Capital (Prot. nº 01742/2022). Um projeto de lei, de autoria do Deputado Jamilson Name. Acrescenta alíneas ao inciso I, do artigo 5º, da Lei nº 2.073, de 7 de janeiro de 2000, que dispõe sobre a Política Estadual do Idoso e dá outras providências (Prot. nº 01752/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à Prefeita de Campo Grande, Senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Senhor Rudi Fiorese, solicitando o patrolamento e encascalhamento da Rua Lontras, no Jardim São Conrado (Prot. nº 01757/2022). Uma moção de pesar, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Requeiro à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado moção de pesar aos familiares de Pedro Henrique Evangelista Bahia (Prot. nº 01746/2022). Três indicações, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor

Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a viabilização de recursos para abertura da Rua Athaide Nogueira que ligará o Parque Industrial ao centro do Município de Rio Brilhante (Prot. nº 01751/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a viabilização de recursos para implantação de ciclovia na Rodovia Dourados/Itahum, no trecho que dá acesso ao Aeroporto Municipal de Dourados (Avenida Guaicurus), ligando as Rodovias MS-162 e BR-463, no Município de Dourados (Prot. nº 01750/2022). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Senadora Simone Tebet, ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando a viabilização de recursos para implantação de ciclovia na MS-162 (Avenida Guaicurus) ligando as Universidades UFGD e UEMS, além de ligar os Distritos de Itahum e Picadinha, no Município de Dourados (Prot. nº 01749/2022). Uma indicação, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, Senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando a manutenção da infraestrutura, destinação de insumos básicos e um veículo tipo ambulância para a Unidade de Saúde do Distrito de Vila Formosa, no Município de Dourados (Prot. nº 01753/2022).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. O primeiro inscrito é o Deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o Deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o Deputado Amarildo Cruz. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, colegas Deputados, todos que acompanham a nossa Sessão. Eu venho à tribuna porque penso que se nós não tratarmos do que aconteceu na sessão de ontem como um todo, parece que a gente fica normalizando aquilo que não é normal. Por isso, Senhor Presidente, eu, no exercício do quarto mandato de Deputado Estadual, em nenhum momento subi a esta tribuna para discutir ou condenar a postura de colegas Deputados, porque entendo que no limite da democracia, do bom senso e da natureza da nossa função, é necessário preservar o debate, o direito ao contraditório e valorizar um princípio que é fundamental, que sustenta a democracia e a evolução humana que é o pensar diferente. A posição do Deputado João Henrique ao manifestar seu voto, ontem, descarregando uma arma em um alvo, dizendo que era para advertir o comunismo, a roubalheira, ou algo desse tipo, terá a oportunidade de fazer o contraditório, porque estamos aqui nesta Casa para isso, para justificar. A princípio não vejo como não tomarmos uma posição e expressar a nossa indignação com relação a essa divergência. Gostaria de saber: qual comunismo que o Deputado quer advertir? Quem são os comunistas que o Deputado quer advertir? E gostaria de saber qual é o entendimento do Deputado sobre o que é comunismo. Eu tenho absoluta convicção de que é a indagação de praticamente todos os demais Deputados desta Casa, haja vista a repercussão, os comentários, o que foi debatido entre os demais Deputados. Senhor Presidente, eu penso que ao se comportar dessa

maneira, o Deputado deve ter feito uma projeção de risco e mesmo assim optou por fazer. Eu respeito que seja defendido o armamento, o fechamento do Supremo Tribunal Federal, que a Terra é plana. Aqui é o Parlamento, e não tem problema, pode vir aqui defender, falar, discutir, isso faz parte da nossa função, mas o ato concreto de descarregar uma arma para advertir o comunismo, me incomoda. Acho que todos nós, o Estado de Mato Grosso do Sul e o Brasil inteiro merece essa resposta, haja vista a repercussão que esse ato causou. O comunista é fulano, é sicrano, é beltrano, é para intimidar, porque um ato como esse só pode ter sido praticado com esse intuito. Não tem como você analisar isso de uma outra maneira, não devemos varrer isso para debaixo do tapete, temos que discutir aqui. O ideal seria que todos os Parlamentares se posicionassem com relação a isso.

DEPUTADO JAMILSON NAME - Deputado Amarildo, concede um aparte?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Sim, Deputado.

DEPUTADO JAMILSON NAME - Bom dia, Senhor Presidente. Eu concordo com o senhor, repudio o ato do nosso colega e acho que a gente tem que incentivar a educação. Hoje eu estou na Escola Hércules Maymone, com a Diretora Maria e com o Vereador Professor Juari, procurando trazer soluções para a nossa educação que é a base de tudo, é ela que forma o ser humano e constrói a uma sociedade melhor.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Obrigado pelo aparte, Deputado Jamilson. Parabéns pela postura e pelo posicionamento! Deputado João Henrique, acho que defender o projeto, defender a ideia de se armar, vir aqui apresentar o projeto, tudo bem. Há quem seja contra, há quem seja a favor, não tem problema nenhum, nós vamos no convencimento, que é o que o Deputado Jamilson está dizendo. Essa falácia de que você resolve o problema da violência matando os outros é a coisa mais simples e fácil do mundo, é uma visão muito subjetiva a de matar todos os bandidos, matar as pessoas de bem ou aquelas que não são, mesmo porque não é para isso que foi criado o Estado. Nós temos o Poder Judiciário, os Poderes e outras instâncias, para julgar, para condenar, esse é o rito de uma sociedade organizada. Não estamos aqui para difundir a ideia do ódio, difundir a ideia da violência. Fala-se tanto que nós temos que combater a violência, apresenta-se projetos para segurança, projeto para isso, projeto para aquilo, e agora nós mesmos vamos incentivar a violência? Então, Senhor Presidente, tudo a favor do debate, tudo a favor do direito ao contraditório, e nada a favor dessa postura.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Concede um parte, Deputado?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - É condenável, é lamentável! Aqui neste Plenário, eu já tive oportunidade de fazer debates ferrenhos com vários Deputados, mas sempre defendendo a ideia proposta, e quem está aqui há mais tempo, sabe do que estou falando. Eu acho, Deputado Pedro Kemp, que violência se combate com emprego, com educação, com cultura, com conhecimento da história. É dessa forma

que, em uma sociedade organizada, se combate a violência. Fazer mira e descarregar revólver para atacar o comunismo é lamentável, ainda mais partindo de um membro do Parlamento. Acho que não tem como deixar de debater esse assunto aqui, penso que devemos debater até com mais profundidade do que só na tribuna. Providências têm que ser tomadas nesse sentido, para que a Casa possa se posicionar. Concedo um aparte ao Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Deputado Amarildo, eu ouvi atentamente a colocação de Vossa Excelência quando disse que temos que nos indignar e manifestar essa indignação aqui na Assembleia Legislativa com relação ao que aconteceu ontem. Acredito que não só devemos manifestar a nossa indignação, mas também a Mesa Diretora acionar a Corregedoria da Casa, de acordo com artigo 367 do Regimento Interno, para verificar se o Parlamentar quebrou o decoro ao agir daquela forma, porque senão o que vai acontecer é a banalização deste Parlamento, nós vamos quebrar a liturgia do cargo que exercemos aqui, que é um mandato popular. É como se nós também desrespeitássemos a população e estivéssemos aqui brincando. Até como desabafo, eu me coloquei no lugar do eleitor, de um cidadão que está trabalhando neste momento, que levantou cedo, pegou o transporte coletivo lotado, atravessou a cidade para ir trabalhar, e fica sabendo que os Deputados que são pagos com o dinheiro público, com o dinheiro dos impostos, com o dinheiro que o povo arrecada depois de muito sofrimento e muito trabalho, ao invés de estarem aqui no Plenário da Assembleia Legislativa, trabalhando, estão passeando e brincando de bang-bang. Eu me coloquei no lugar dos eleitores, dos trabalhadores, e recebi também mensagem falando que providências devem ser tomadas. Eu fico triste em chegar no Plenário desta Casa e encontrar essas cadeiras vazias, mas agora Deputado brincando de bang-bang é uma afronta, é uma falta de respeito, é uma infantilidade. Penso que a Mesa Diretora deve acionar a Corregedoria da Casa para averiguar se o comportamento do Deputado significou uma quebra de decoro parlamentar, porque se não agirmos dessa forma, repito, o Parlamento vai ser banalizado e a população que paga o nosso salário merece respeito.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Amarildo, Vossa Excelência disporá de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Tenho muito a falar, mas penso que a Mesa Diretora terá que se pronunciar, porque conversando com vários colegas aqui, a indignação é grande e com certeza vai haver provocação para isso. O Deputado Pedro Kemp falou uma coisa extremamente importante: com essa manifestação, muitas pessoas se sentem ameaçadas porque hoje há uma ignorância com relação ao que é comunismo. Aliás, não é ignorância, é má-fé, porque saber é fácil, estudar não faz mal a ninguém, mas querem imputar a alguém uma coisa que não é. Eu nunca fui comunista. E o senhor já foi, Deputado Pedro Kemp? Aliás, eu não conheço na história desta Assembleia ninguém que tenha vindo aqui defender o comunismo, ou coisa desse tipo. O problema, Deputado Paulo Duarte, é que aqui, quando alguém defende a dignidade humana, o direito de comer, de ter um teto, de ter educação para os filhos, de ter saúde, minimamente, é considerado comunista e tem que ser penalizado. Não se pode falar nada, tem que ficar quieto. Esse é o pensamento que querem fazer

imperar, mas aqui não fazem porque a resistência com certeza vai existir e espero que seja dentro do bom debate, como manda a civilidade, como mandam as regras da democracia. É o que a gente espera daqui pra frente. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Amarildo. O próximo inscrito é o Deputado Herculano Borges. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (sem revisão do orador) - Bom dia a todos presentes! Que alegria poder voltar à tribuna, espaço que a gente não estava podendo utilizar em função das sessões que estavam sendo feitas de forma remota. Fiz questão de vir à tribuna para lembrar que hoje, dia 18 de maio, é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Esta data é alusiva a um crime bárbaro que aconteceu no Espírito Santo, onde uma menina de oito anos foi sequestrada e violentada por vários dias, por jovens de classe média alta. Esse crime ficou conhecido como "Caso Araceli". Eu fui vereador em Campo Grande e em 2017, quando cheguei nesta Casa, comecei a estudar um pouquinho sobre a realidade estadual, e o que me chamou muito a atenção foi que naquele ano o Mato Grosso do Sul aparecia em primeiro lugar no número de ligações do Disque 100, que é o número que as pessoas ligam para falar sobre violência, em especial sobre a violência infantil. Comecei a estudar sobre o assunto e conheci a Viviane Vaz, do Projeto Nova, que é um projeto vinculado à Primeira Igreja Batista. Esse projeto começou fazendo um trabalho com as mulheres em situação de vulnerabilidade na região da antiga rodoviária, mulheres profissionais do sexo, e dentro desse pacote havia as crianças abusadas sexualmente. Eu me apaixonei por esse trabalho e trouxe para esta Casa um projeto para instituir um mês voltado para debater esse tema, até por conta do dia 18 ser o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Então, nos moldes do Novembro Azul, do Outubro Rosa, escolhemos a cor laranja para chamar a atenção da sociedade. Entramos com o projeto em abril de 2017 e em Dezembro do mesmo ano ele foi sancionado pelo Governador Reinaldo. Sinto-me feliz em perceber que depois de cinco anos, o Maio Laranja se tornou um projeto não só do Deputado Herculano, da Assembleia Legislativa, dos Deputados, do Mato Grosso do Sul, mas do Brasil. O "Maio Laranja" está em todos os Estados da Federação, em centenas de municípios, inclusive está sendo utilizado pelo Governo Federal. O Ministério dos Direitos Humanos, implantado através ministra Damares, começou a desenvolver esse trabalho oficialmente esse ano e é um projeto oficial da República Federativa do Brasil. Então, me enche de alegria dizer que uma ação que a gente começou aqui, hoje está em todo Brasil. Dizer também que o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, garante que é dever e responsabilidade da família, do poder público e da sociedade proteger a criança, mas quando nós observamos que 80% dos abusos sexuais acontecem no ambiente familiar, entendemos que o poder público e a sociedade precisam agir e é por isso que fizemos essa lei. O projeto foi aprovado por todos os Deputados e é por isso que estamos fazendo palestras, indo nas escolas para falar com as crianças, com os professores, indo nas associações de moradores falar com os pais. Hoje mesmo nós temos uma audiência na Câmara Municipal de Dourados, e vamos falar com toda a

rede de proteção à infância, junto com o Vereador Sérgio Nogueira. Estivemos no Distrito de Silviolândia, em Coxim, falando com mais de trezentas crianças e com professores, porque esse tema é cercado de tabu. É aquela história de perdoar o agressor e punir a vítima, porque é um crime que acontece debaixo do teto da família, muitas vezes cometido por avô, avó, mãe, padrasto, madrastra, vizinhos, pessoas que têm acesso à intimidade familiar e as pessoas colocam pano em cima desse crime. Eu acho que os Deputados devem levar essa bandeira para que a sociedade venha se engajar nesse movimento.

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Já vou conceder o aparte a Vossa Excelência. Só para concluir, quero dizer que a raiz da palavra infantil vem do latim, infante, que é aquele que não tem voz, mas nós precisamos ser a voz, o poder público, a Assembleia Legislativa, as Câmaras de Vereadores, as prefeituras, o Governo Federal e a sociedade devem procurar uma delegacia, o Conselho Tutelar ou o Disque 100 para evitar que essa criança seja revitimizada. Vamos proteger a infância.

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Quero parabenizar o Deputado Herculano Borges, republicano, pela autoria do projeto que vem alcançar as crianças que são vítimas de violência. Dizer que no ano passado, se não me engano, eu entrei com um projeto que cria a Comissão da Criança, do Adolescente e da Juventude, mas ele ainda está parado aqui na Casa, inclusive gostaria de ver com o Presidente da Casa a possibilidade de trazê-lo. O senhor pode contar comigo nessa luta em defesa da criança. Muito obrigado.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Obrigado, Deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Concede um aparte, Deputado Herculano?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Já lhe concedo o aparte, Deputado. Só quero agradecer ao Deputado Antonio Vaz e dizer que não espero outra atitude dele, até porque é defensor da família, da criança. Pode contar com o nosso apoio na instalação da comissão proposta por Vossa Excelência. Vamos ver como está a tramitação para podermos conversar com as comissões e dar agilidade a esse projeto tão importante.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Quero parabenizar o Deputado Herculano e agradecê-lo pela concessão do aparte. Se existe a mãe dos crimes, poderia-se dizer que esse é o principal, porque praticar um crime contra alguém que ainda não tem a sua formação do ponto de vista físico e psíquico, que está totalmente em estado de vulnerabilidade, é muito triste. Lamentavelmente, quase 60% desses crimes, segundo pesquisas, debates e palestras que tivemos, ocorrem, justamente, no ambiente que, em tese, deveria dar segurança à vítima. Acho que não

somente nós Deputados, mas a sociedade como um todo deve trabalhar nessa perspectiva e Vossa Excelência tem feito um belo trabalho. Eu fui fazer uma visita à Sala Lilás e me deparei com uma senhora, avó de um garoto de seis anos que foi vítima, vestido com o uniforme da Secretaria Municipal de Educação. Infelizmente esse é um crime recorrente. A gente fica realmente estupefato com a violência contra aqueles que, na verdade, são indefesos. Em 2020, nós tivemos quatrocentos e quarenta e quatro estupros de vulneráveis. Em Brasília, em 2021, houve trezentos e noventa e dois. Segundo o Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, três crianças são abusadas a cada hora e, entre as vítimas, 51% têm entre um e cinco anos de idade. Isso é um absurdo! É algo inaceitável a prática de tamanha atrocidade contra as nossas crianças. A segunda semana de maio é a Semana de Combate à Pedofilia, instituída através de uma lei que fizemos em 2007, quando percorremos, praticamente, todo o Estado com a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasp). Vossa Excelência estava conosco e viu de perto uma realidade nacional. Isso não acontece somente aqui, mas em todas as classes sociais. Quero parabenizar Vossa Excelência e espero que a gente possa viver dias melhores, que possamos fazer apologia à paz e à vida, que possamos realmente trabalhar na perspectiva de termos uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais educada, com os nossos direitos assegurados, principalmente para os mais vulneráveis que são as nossas crianças. Muito obrigado pelo aparte.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Herculano, Vossa Excelência dispõe de um minuto para concluir o seu pronunciamento.

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Eu tinha muita coisa para falar, mas o tempo é muito breve. Antes de encerrar, gostaria de deixar registrado que no ano passado fizemos duas audiências públicas em forma de live, inclusive o Deputado Coronel David esteve presente. Na oportunidade, falamos com a Secretaria de Segurança Pública, com todos os órgãos que compõem a rede de proteção à infância, extraímos um manifesto e levamos ao Governador. Precisamos trabalhar, e estamos retomando isso, para que Campo Grande e os polos do Estado possam ter centros integrados, assim como a Delegacia da Mulher, para que a criança possa ser levada para fazer o exame de corpo delito, ser ouvida pelo psicólogo, porque é muito sofrimento o de uma criança abusada. Nós precisamos levar essa semente para que possamos ter um Centro Integrado de Defesa da Criança. As cidades que já têm a Sala Lilás já são parceiras, mas é necessário olharmos com mais atenção essa questão de proteção à criança. Infelizmente a criança abusada sexualmente é calada e na fase adulta, muitas vezes, ela não consegue ter um relacionamento saudável por conta de um abuso sexual. Então, nós temos que trabalhar na prevenção e também na posvenção. O Estado deve garantir que as crianças que estão em um momento de dor, de angústia, tenham o mínimo de proteção para que possam fazer a denúncia, fazer o exame de corpo delito, fazer o encaminhamento, para que o pedófilo, o abusador, vá para atrás das grades, onde nem os próprios criminosos aceitam ele. O nosso Estado tem crescido muito, é um canteiro de obras e dentro desse contexto é necessário observar a questão social e proteger nossas crianças. Não se esqueçam do "Disque 100", participem, não sejam omissos diante dessa causa que é

de todos nós. Obrigado pela oportunidade. Obrigado, Deputado Paulo Duarte e obrigado pelo aparte e apoio de todos os Deputados.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Herculano. Próximo inscrito, Deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, colegas Parlamentares, público que nos acompanha, quero inicialmente me dirigir aos dezesseis colegas Parlamentares que votaram a favor de um projeto moderno, complexo, interessante, inteligente, autorizado pela Constituição Federal que, no seu artigo 24, parágrafo 1º e 2º, autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, ou qualquer outro, a legislar para as pessoas que têm os requisitos legais atendidos, que sejam atiradores desportistas ou que tenham um problema de insegurança jurídica resolvido ao solicitar o direito ao porte de arma. Ontem, eu ouvi duas coisas de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, ou egresso do Partido dos Trabalhadores, que o comunismo não existe. Foi uma constatação de que eu teria transgredido alguma norma. A primeira constatação que faço é que se não existe o comunismo, se nunca existiu, porque ficar ofendido? E a segunda constatação é que a Constituição Federal estabelece no artigo 24, competência para legislar sobre o desporto, o desporto que é um esporte que eu, em sessão remota, estava demonstrando a comemoração, assim como muitos Parlamentares já fizeram quando participam em sessão remota e demonstram suas preferências, suas predileções, de onde estão, de maneira itinerante. O Deputado Jamilson Name, por exemplo, acabou de colocar aqui que estava dentro da Escola Hercules Mayomone, trabalhando de forma remota, participou e fez suas constatações. Acho que a Mesa deve tomar providência para investigar atos que eu nunca cometi, isso é que deve ser feito. Eu sou advogado e a minha vida inteira defendi pessoas, e em causa própria defendi meus argumentos, aquilo que acredito. O porte de arma que eu tenho hoje, com trinta e quatro anos, nunca me levou a agredir nenhuma pessoa, seja homem ou mulher. No porte de arma que eu tenho vem uma advertência que diz: "Não beba, é proibido, isso pode causar danos à população". E, da mesma forma, o Código de Trânsito diz na CNH: "Não beba, o seu veículo pode se transformar em uma arma". Então, quando você for parado para fazer o teste de alcoolemia no bafômetro e estiver portando uma arma que você pode matar duzentas pessoas ao longo da sua vida, dirigindo embriagado, você tem o direito de se defender, inclusive se negando a fazer o exame de alcoolemia, porque tem o direito de não produzir provas contra si. Pior do que isso, precisa ser investigado se configura infração ético-disciplinar, porque está no Estatuto de Ética, a malversação das verbas públicas dos gabinetes dos Parlamentares, dos Deputados, principalmente quando são utilizadas ou foram utilizadas e ressarcidas durante o exercício do mandato para pagar bebida alcoólica, algo que eu nunca fiz. Nunca fui acusado de ser membro de nenhum partido ou facção criminosa que tenha assassinado qualquer pessoa que não concordasse com aquilo que eu penso. Eu não estou falando do caso Celso Daniel, não estou falando para ninguém vestir carapuça, só estou dizendo que quando membros do Partido dos Trabalhadores se sentem ofendidos porque o cidadão tem o direito legítimo de portar arma de fogo, na verdade eles querem é implantar uma cultura comunista da propriedade comum, querem que o cidadão esteja desarmado, querem o retorno das invasões ilegais. Em minha defesa,

eu quero citar aqui um dos primeiros artigos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que foi produzido lá em Brasília. O primeiro objetivo da manifestação e do protesto deles contra o Presidente Jair Bolsonaro era a não titularização, mas ressalto que em mais de dezesseis anos de Lula e Dilma, não foram entregues duzentos mil títulos para os sem-terra, enquanto em três anos do Governo Bolsonaro, foram entregues mais de trezentos mil títulos de liberação em respeito ao direito de propriedade. Essas pessoas eram utilizadas como massa de manobra, elas recebiam argumentos falaciosos, como os que eu ouvi contra a minha pessoa, por alegar que as pessoas podem fazer aquilo que está na lei para defender o seu direito de propriedade. Quando você tem e cuida, não quer que ninguém invada, você não quer receber uma promessa por vários anos que os governos vão titularizar, vendendo a ideia de liberação. Na verdade, o Presidente Jair Bolsonaro fez isso sem esperar nada em troca, e nós estamos vendo onde ele está crescendo, é isso que incomoda verdadeiramente essas pessoas. Então, eu quero dizer à oposição, aos membros do Partido dos Trabalhadores, que o que deveria ser considerada infração ético-disciplinar, nesta Casa, é o que eles pregam, porque eles vêm todos os dias aqui fazer oposição ferrenha a um Governo Federal que não interessa à pauta desta Casa, que nem deveria estar aqui. Quantas vezes nós ouvimos em discursos de abertura da Assembleia eles discursarem pela oposição sem verdadeiramente ser oposição, e está tudo certo, cada um faz o que quer com a sua imunidade parlamentar, com as regras, com o Regimento Interno. Mas como advogado que sou, em minha defesa, digo que mostrei e mostraria o meu porte de armas que eu conquistei com muito esforço, porque passei no teste psicológico, de capacitação, de preparo de tiros. Eu digo que, com certeza, muitas dessas pessoas que me acusam de ter transgredido qualquer norma que eu não transgredi, seja por descontrole psíquico ou físico, não passariam no mesmo teste que eu passei. É isso que eu tenho a dizer em minha defesa. Quero pedir aos colegas que aprovem o projeto de hoje que está em redação final, porque o direito das pessoas defenderem a sua propriedade, a sua integridade e a diminuição da criminalidade não têm nada a ver com uma picuinha ou com qualquer outro tipo de infração que possa ser alegada aqui dentro desta Casa. Acho que ter funcionários trabalhando sem expediente em seus gabinetes deveria ser infração ético-disciplinar, mas eu nunca recebi nenhum inquérito. O Presidente, Deputado Paulo Corrêa, e o Primeiro-Secretário desta Casa, Deputado Zé Teixeira, disseram que não houve prestação de contas em algumas CPI's, houve acusação de exagero nos gastos, desvio e sumiço do dinheiro.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado João Henrique, Vossa Excelência dispõe de um minuto para concluir.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Ontem, o Deputado Zé Teixeira falou que nunca houve prestação de contas, que houve denúncia de exagero de gastos, que alguns Parlamentares não prestaram contas do dinheiro, que houve malversação do dinheiro público, mas eu nunca cometi e nunca cometerei esse tipo de ato, sob o meu nome não tem malversação. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Eu não disse que houve malversação, como o Deputado afirmou. Eu disse que no passado, há sete, oito anos, houve CPI, não na minha legislatura como Primeiro-Secretário, que teve orçamento paralelo ao orçamento da Assembleia Legislativa para dirigir a CPI. O orçamento da Assembleia é único e precisa estar financeiramente dentro da lei, com documentos e amparo do Primeiro-Secretário e do Presidente Paulo Corrêa. Houve apoio e amparo do ex-presidente Junior Mochi, quando fui Primeiro-Secretário, mas eu não disse que houve malversação, eu disse que houve orçamento paralelo. Eu tenho conhecimento porque sou Parlamentar e houve muitos comentários, na época que eu ainda não era o Primeiro-Secretário, de que não houve prestação de contas, mas eu não disse que houve malversação de dinheiro público. Hoje, por parte da CPI presidida pelo Deputado Capitão Contar e por outros membros, nunca houve exagero, nunca foi pedido nada fora da lei, mas o que foi pedido dentro da lei teve todo amparo. Eu falei ontem para o Deputado Felipe Orro que ele não precisa da minha presença na Assembleia, como Primeiro-Secretário, como ordenador de despesas, ele pode protocolar na Primeira-Secretaria e vai ser atendido normalmente porque toda semana eu volto para Campo Grande e lá é tudo on-line. A Assembleia Legislativa tem o financeiro, que é o Secretário Jericó, que tem autorização para fazer as transferências, dentro da lei e com a documentação autorizada pelos meus assessores. Então, em hipótese alguma eu disse ontem que houve malversação de dinheiro, eu disse que no passado, há oito, nove, dez anos, houve CPI disso ou daquilo na Assembleia e há comentário de que havia orçamento e não houve prestação de contas. Eu quero deixar claro que eu não disse que houve malversação de dinheiro público no meu período, quando o Junior Mochi era presidente e nem agora com o Presidente Paulo Corrêa. Nunca houve malversação do dinheiro público da minha parte e de nenhum dos pares.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Obrigado, Deputado Zé Teixeira. O último inscrito, no Grande Expediente, é o Deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dez minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (sem revisão do orador) - Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero dizer para o Deputado João Henrique que o bode está sala dele e não adianta tentar tirar o bode da sala dele e colocar em outra porque ele vai continuar lá. Deputado João Henrique, eu esperava que quando viesse à tribuna para se defender, daria uma explicação plausível daquele teatro que Vossa Excelência armou ontem. Essa é a explicação que Vossa Excelência deve à população. Então, não tire o bode da sua sala e tente colocar em outra sala porque ele ainda está lá. Primeira coisa: o Deputado Jamilson Name estava agora numa escola, num espaço onde devemos estar, um órgão público que devemos visitar de vez em quando para recolher reivindicações, solicitações da comunidade, mas ele não estava em uma outra atividade paralela à atividade parlamentar e nem numa fazenda, num sítio, ou sei lá onde, passeando. Ele também não estava num estande de tiro, ele estava trabalhando, mas eu não sei onde Vossa Excelência estava ontem

na hora da Sessão Ordinária, naquele espaço que a gente não consegue identificar se era uma chácara, uma fazenda ou um estande de tiro. É essa explicação que Vossa Excelência deve. Como eu disse, os trabalhadores pagam o nosso salário para a gente estar aqui trabalhando, tem três sessões por semana, das nove às onze horas, e é inadmissível chegar aqui na Assembleia Legislativa e encontrar esse Plenário vazio. Se o Deputado não está visitando um órgão público, ou não está numa agenda oficial da Assembleia Legislativa, ele tem que estar aqui trabalhando. É isso que causa indignação ao nosso povo. É preciso, sim, que a Corregedoria desta Casa analise o seu comportamento. Quero dizer para Vossa Excelência que numa sessão, há alguns anos, eu falei algo aqui e fui acionado na Corregedoria quando o ex-deputado Maurício Picarelli era o Corregedor desta Casa. Apresentei a minha defesa e aquela denúncia foi arquivada. Então, Vossa Excelência não deve ter nenhuma preocupação se o caso ocorrido ontem for averiguado na Corregedoria, mas deve uma explicação porque o senhor veio aqui, atirou para todo o lado, não falou o que estava fazendo naquele momento e porque deu três tiros na hora da votação na Ordem do Dia de uma Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa. Eu não entendi se foi para aparecer ou foi para quê? Porque no momento em que a gente vai votar, a única coisa que podemos fazer é pedir para fazer uma declaração de voto, dizendo: "Eu gostaria de fazer uma declaração de voto". Agora, dar tiro, soltar rojão, estourar pipoca, esse tipo de coisa não está previsto no Regimento Interno. Outra coisa, Deputado João Henrique, Vossa Excelência fica falando em comunismo, que nós do Partido dos Trabalhadores, nós da esquerda somos comunistas, mas o seu avô participou do governo comunista do presidente Lula. Ou não? Ele não foi diretor do Dnit? Quantos anos? Em que governo? Seu avô é comunista? É palhaçada chamar os outros de comunista sem eles serem. Isso é para assustar as pessoas, fazer debate num nível muito raso, como se o comunismo fosse um bicho papão. "Ah! O Lula é comunista"! Mas o seu avô trabalhou no governo dele, aliás, o seu avô, quando foi governador do Estado, nunca pagava em dia o salário dos servidores. Eu acho que o senhor era muito pequeno, ou nem tinha nascido ainda, e não se lembra. Quando o seu avô foi governador, a Governadoria foi ocupada pelos servidores e ele não conseguia mais entrar lá para governar. Ah! Pelo amor de Deus! Hoje ficam aí: "Ah! Os comunistas"! Mas quando foi bom para o seu avô ocupar um cargo, ter um salário bom, não era comunista? Eu não aguento hipocrisia. Outra coisa que nós, da esquerda, falamos aqui é do Governo desastroso do Jair Bolsonaro. Ah! Ficamos discutindo Brasília e não discutimos Mato Grosso do Sul? Como se aquele desastre que é o Governo não influenciasse a vida das pessoas aqui no nosso Estado. Vai abastecer o carro, oito reais. De quem é essa política de preços dos combustíveis? É do Bozo! Vai ao supermercado comprar um lata de óleo. De quem é essa política de preço? Desse desgoverno, daquele incompetente do Paulo Guedes que não anuncia um plano para recuperar a economia. A culpa é do Bozo! As pessoas que morreram de Covid por causa de um Presidente que ao invés de cumprir as orientações da Organização Mundial de Saúde, incentivava o povo a sair na rua sem máscara, fazendo aglomeração, comendo pastel na feira. Eu não vejo a hora de ver esse homem sair da cadeira de Presidente da República porque ele é uma vergonha internacional. Ele está com tanto medo de perder a eleição que fica falando que as urnas estão com problema, que vai chamar o Exército para fazer uma auditoria. Ele está, a todo momento, querendo arrumar uma justificativa para a derrota que ele vai sofrer nas próximas eleições. Espero que esse Governo fascista seja varrido da



história do nosso País e que vá para a lata do lixo da história deste País, porque é uma vergonha esse Presidente da República.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Concede um aparte, Deputado?

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Pedro Kemp, se for conceder o aparte, quero lembrar que Vossa Excelência dispõe de três minutos para o encerramento.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Eu vou conceder o aparte ao Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Deputado Pedro Kemp, eu agradeço o aparte, mas gostaria que Vossa Excelência cumprisse à risca aquilo que também fala quando critica outras pessoas, outros Deputados. O senhor criticou o Deputado João Henrique por falar sobre o comunismo e Vossa Excelência subiu aí agora e falou de fascismo, atribuindo isso ao Presidente Bolsonaro

DEPUTADO PEDRO KEMP - Mas é!

DEPUTADO CORONEL DAVID - É hipocrisia o senhor falar isso, porque o que vale para um, tem que valer para o outro. O senhor não é melhor Deputado que ninguém aqui dentro, então o que o senhor fala vai ter que ouvir também. Espero que Vossa Excelência mantenha a calma e a seriedade que se busca de um Parlamentar que representa a população aqui do Estado e não fale mais em hipocrisia também.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Deputado Pedro Kemp, o senhor ainda dispõe de dois minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Deputado Coronel David, prova que o Presidente Bolsonaro não é fascista, que eu provo que o presidente Lula não é comunista. Está lançado o desafio. O senhor prova que o Presidente Bolsonaro não é um fascista e eu vou provar para o senhor que o presidente Lula não é comunista. Para encerrar minhas palavras, Deputado João Henrique, Vossa Excelência fica devendo aqui uma explicação para o povo de Mato Grosso do Sul sobre aquele teatro que fez ontem. Seria interessante Vossa Excelência começar se explicando para a Corregedoria da Casa. E é muito bom que o senhor esteja aqui hoje na Sessão. Seja bem-vindo! Estaremos aqui nas próximas sessões juntos, debatendo o futuro do nosso País e o futuro do nosso Estado. Cuidado em sair atirando por aí para todo lado porque uma hora a bala pode pegar a sua bunda.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Encerrado o Grande Expedinete. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Pela ordem.



PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Eu gostaria que o senhor retirasse dos anais desta Casa o palavrão dito pelo Deputado Pedro Kemp, em respeito à população do Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Será retirado. Item 1. Projeto de Lei nº 417/2021. Autores: Deputados João Henrique e Coronel David. (Apensado a este projeto, por determinação do Presidente, o Projeto de Lei nº 022/2022, de autoria do Deputado Capitão Contar. "Dispõe sobre o reconhecimento, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, do risco da atividade de atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 000/2020, de autoria dos Deputados João Henrique, Coronel David e Capitão Contar.

Presidente - Deputado Paulo Duarte.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO GERSON CLARO - Pela ordem. Mesmo estando em redação final, até para questão de esclarecimento para a população, eu gostaria que fosse colocado em discussão.

PRESIDENTE (Deputado Paulo Duarte) - Sim, Deputado, eu não falei porque achei que já tinha sido discutido ontem, mas Vossa Excelência tem todo direito. Em discussão o projeto de lei do item 1 da nossa pauta.

DEPUTADO GERSON CLARO - Só no mérito eu votei favorável. Na constitucionalidade eu votei contra, pelo entendimento de que é competência da União, mas eu acho algo tem de ser esclarecido: o senhor leu a ementa do projeto, e ontem eu vi muito debate sobre este projeto, e ouvi gente falando sobre proteção de fazenda e do direito de ter arma. Mas o projeto não diz que todos podem ter arma, nem que ele foi feito para o porte de arma para todos os cidadãos. Ele trata especificamente de atirador desportivo. Então, tem que ficar bem claro que nós não



estamos votando o direito de um cidadão ter arma na casa dele, ter arma numa fazenda ou portar arma aleatoriamente. Nós estamos tratando de um projeto para o atirador desportivo. Só quero deixar isso bem claro, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Bom dia, Senhores Deputados. Eu me ausentei por causa da participação da reunião no Tribunal de Contas, onde representei a nossa Casa na apresentação do balanço de 2021 do Estado de Mato Grosso do Sul. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 417/2021, de autoria dos Deputados João Henrique e Coronel David.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, quero fazer uma manifestação. Eu concordo, em partes, com o Deputado Gerson Claro, porque com a criação desse projeto de reconhecimento do risco da atividade do atirador desportivo, aproveitam para defender uma ideologia que deve ser abominada por todos: a ideologia da violência, do ódio e da desinformação; e fazem palanque em cima disso. E as consequências estão todas aí. Os atos que ocorreram ontem, Senhor Presidente, deram-me uma maior segurança de que eu votei corretamente. Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha? Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim, Presidente, e parabênizo mais uma vez os autores.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim, com convicção.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim e me solidarizo com Deputado João Henrique, pela forma dura como ele foi tratado. Ontem nós votamos esse projeto que trata do risco da atividade de atirador desportivo, e ele não está generalizando o uso das armas. O Deputado João Henrique provavelmente estava num estande de tiro, não em um local onde houvesse pessoas. O tipo de agressão que talvez ele tenha sofrido pela fala foi uma coisa que não alterou nada, e foi criada uma polêmica muito grande. Foi feita até uma agressão ao ex-governador Marcelo Miranda, que não tem nada a ver com a história. Eu acho que o debate é importante, mas evitar esse tipo de agressão também é importante. O projeto é muito viável. Eu voto favorável e me solidarizo com o Deputado João Henrique, que realmente não criou nenhuma polêmica, apenas fez uma comemoração no estande, sem ameaçar nem apontar arma para ninguém.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Presidente, ontem eu votei favorável, mas essa explicação foi completamente diversa da que está escrita no projeto. Nós estamos tratando dos atiradores desportivos, que têm treinamento, que vão ao quartel do Exército e têm de fazer todos os exames. O projeto não tem absolutamente nada do que foi pautado pelo Deputado João Henrique. Ele colocou uma situação que não entrou nesse projeto. O objeto do projeto é o que efetivamente está escrito. Eu votei favorável considerando que isso seria favorável à situação atual dos atiradores esportivos, a qual eu considero válida e importante. Mas devido a essa polêmica e à repercussão negativa, inclusive dizendo que esse projeto não é o que a sociedade está cobrando hoje, e que o projeto não foi feito para distribuir arma, acho ele que foi mal colocado e mal conduzido, e que não havia necessidade de chegarmos a nesse nível de discussão. Portanto, em função dessa situação toda, eu voto não, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Eu continuo achando que é inconstitucional, mas quanto ao mérito, eu acho que é uma atividade de risco, portanto voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Presidente, mais uma vez parabenizo a iniciativa dos Deputados João Henrique, Coronel David e Capitão Contar. Sem dúvida alguma é uma atividade de risco e precisa ser regulamentada. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, evidentemente eu voto sim. Quero apenas complementar informação para o Deputado Felipe Orro. O projeto trata do reconhecimento da atividade de risco e efetiva necessidade para atiradores desportistas. Isso está no conteúdo do projeto; ele é constitucional e é uma norma suplementar, conforme o conceito aberto existente na legislação. Foi muito bem colocado pelo Deputado Gerson Claro o fato de que isso não concede porte automático para ninguém. Portanto, a pessoa que solicitar deve seguir todos os critérios da lei federal que é objeto da emenda substitutiva que motiva hoje esta terceira votação em redação final. Obrigado, Presidente. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Bom dia, Presidente Paulo Corrêa e nobres pares. Eu fiz o requerimento da tramitação em regime de urgência e voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Senhor Presidente, eu sou defensor da causa animal e sou contra qualquer tipo de armamento e caça. Eu voto não.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro? Está sem som, Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Agora sim. Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Bom dia, meu amigo Presidente Paulo Corrêa. Bom dia a todos os Deputados. Eu voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Neno Razuk. Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Declaração de voto, Senhor Presidente. Eu não me manifestei antes porque eu estava presidindo a Sessão por determinação de Vossa Excelência. A votação “sim” e a votação “não” de cada um tem que ser respeitada. A discussão de hoje, infelizmente, não foi a que eu esperava, que é sobre a forma violenta e acintosa da demonstração do voto do Deputado João Henrique. Eu vou votar não, respeitando quem votou sim. Votando não digo que não sou comunista, nem assaltador do dinheiro público. Os tiros foram direcionados contra os comunistas

e os assaltadores do dinheiro público. Eu não sou nem uma coisa, nem outra, e voto não, com toda a tranquilidade, respeitando quem votou sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Presidente, esse projeto já foi aprovado em segunda. Nós estamos votando a redação final. Eu sempre farei apologia contra qualquer tipo de incentivo à violência, em qualquer estágio da vida da sociedade, mas o que nós estamos votando é se essa atividade tem risco ou não. Por essa razão eu voto sim, porque eu entendo que realmente ela tem risco.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, eu voto sim. Eu gostaria de prestar a minha solidariedade ao ex-governador Marcelo Miranda. Acredito que ele foi um dos melhores governadores que o Estado de Mato Grosso do Sul já teve. Ele não se rendeu à questão do funcionalismo público, e não foi irresponsável por dar aumento quando o orçamento não favorecia. Ele saiu com o Governo sendo invadido pelos funcionários públicos. Mas a história do Marcelo Miranda foi escrita, na minha visão, como um dos melhores governadores que Mato Grosso do Sul já teve. Eu voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito ao Segundo-Secretário que anuncie o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são quinze votos favoráveis e cinco votos contrários.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2022. Autor: Deputado Paulo Corrêa. "Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Ciclovitário do Estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2022, de autoria do Deputado Paulo Corrêa.



Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, tem um pedido de ordem do Deputado Zé Teixeira.

PRESIDENTE - Eu peço desculpas, mas o volume está muito baixo, Deputado; eu não consigo ouvir. Pela ordem, o Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - O Governador Reinaldo Azambuja está aqui em frente ao meu escritório para inaugurar a restauração da Avenida Marcelino Pires. Eu vou me ausentar de vinte a trinta minutos; depois retornarei à Sessão.

PRESIDENTE - OK, Deputado Zé Teixeira. Represente a nossa Casa, por favor. Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini? Obrigado pelo aviso. Eu não tinha ouvido o Deputado.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim. E mais uma vez cumprimento Vossa Excelência por esse projeto importante.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim, Presidente, parabenizando Vossa Excelência pelo importante projeto.

PRESIDENTE - Obrigado, amigo. Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, a gente tem vários pedidos aqui. Nós, Deputados, temos recebido demandas de ciclovias que liguem um município ao outro e pelo aumento dessa prática esportiva tão importante para as pessoas. Eu voto sim.

PRESIDENTE - Eu agradeço, Deputada Mara Caseiro. Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Presidente, ontem eu falei sobre o projeto de Vossa Excelência, e reitero os cumprimentos pela iniciativa. Voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado Marçal Filho. Como vota o Deputado Marcio Fernandes? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputado Neno Razuk. Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?



DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Presidente, eu parabenizo a iniciativa de Vossa Excelência e voto sim.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado. Como vota o Deputado Renato Câmara? Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputado Renato Câmara. Está justificada a ausência do Deputado Zé Teixeira. Peço licença para votar sim, e agradeço os votos dos colegas. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - São vinte votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE - Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Muito obrigado, Senhores Deputados e Senhora Deputada. Item 3. Em redação final. Projeto de Lei nº 212/2020. Autor: Deputado Capitão Contar. "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.416, de 16 de outubro de 2013, que dispõe sobre o acesso à informação, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos que especifica, e dá outras providências". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 4.416, de 16 de outubro de 2013, de autoria do Deputado Capitão Contar.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Deputado Amarildo Cruz, como vota?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Eu voto sim, Presidente, parabenizando o autor.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro? Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim, Presidente.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 4. Em Segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 101/2022. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 19/2022. "Autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual, a doar, com encargos, ao Município de Paranaíba, o imóvel que especifica, e dá outras providências". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o Deputado Marçal Filho. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 101/2022, de autoria do Poder Executivo.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro Secretário - Deputado Zé Teixeira.



Segundo Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Senhor Presidente, o referido imóvel está sendo doado do Estado para o município. Nele funciona há vinte anos a Escola Municipal Professora Maria Luiza Correa Machado, portanto trata-se de uma regularização. Ali são atendidas novecentas crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Desejo boa sorte à Prefeitura de Paranaíba. Voto sim.

PRESIDENTE - Perfeitamente. Bem esclarecido, nobre Deputado. O Governo está acertando onde pode, fazendo com que essas doações aconteçam, até porque aquela é uma instalação do patrimônio estadual, e lá funciona uma escola municipal. Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim, Presidente.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Senhor Presidente, a Escola Municipal Professora Maria Luiza Correa Machado recebeu uma emenda nossa, pela qual foram adequadas as instalações, e foi a última escola da área urbana do Município de Paranaíba que ficou com ar-condicionado em todas as salas. É uma escola muito importante para o Município de Paranaíba, então eu fico muito feliz de ver o Governo do Estado regularizar essa situação. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Todos discorreram sobre a importância da doação do imóvel para essa escola tão importante; e há vinte anos eles precisavam de regularização. Então acho muito importante essa votação. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.



PRESIDENTE - Solicito ao Segundo-Secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado o projeto. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única. Projeto de Lei nº 091/2022. Autora: Deputada Mara Caseiro. "Denomina Terceiro-Sargento José Aparecido Alves o prédio que abriga o Quartel da Polícia Militar Ambiental do Município de Cassilândia". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável por unanimidade. O relator foi o Deputado Gerson Claro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 091/2022, de autoria da Deputada Mara Caseiro.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente, cumprimentando a Deputada Mara Caseiro, porque é uma homenagem muito justa, voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Declaração de voto, Senhor Presidente. Primeiro quero agradecer a todos os pares que votaram favoráveis a essa indicação, haja vista a importância de nós homenagearmos o Sargento José Aparecido Alves, pelo trabalho dele dedicado a cuidar das pessoas e proteger os cidadãos. É uma homenagem justa, pois foram trinta anos de trabalho dedicados às pessoas de Mato Grosso do Sul, em especial às de Cassilândia. É uma justa homenagem ao Sargento José Aparecido Alves, que prestou serviço à Polícia Militar e à sociedade sul-mato-grossense. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito ao Deputado Segundo-Secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 6. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 205/2021. Autor: Deputado Evander Vendramini. "Dispõe sobre a forma e a apresentação da Bandeira do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi favorável por unanimidade à Emenda Substitutiva Integral. O relator foi o Deputado Professor Rinaldo. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 205/2021, de autoria do Deputado Evander Vendramini.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Solicito ao Segundo-Secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão por ter sofrido emendas. Item 7. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 407/2021. Autor: Deputado Antonio Vaz. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.215, de 12 de junho de 2018, que institui o Mês de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, denominado "Junho Prata", no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à emenda substitutiva integral, tendo como relator o Deputado Gerson Claro. Em discussão...

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Para discutir, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Para discutir, o autor do projeto, o Deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Eu quero deixar bem claro que eu entrei com mais de cem projetos nesta Casa e meia dúzia deles versam sobre religião. Por que eu estou falando isso, Senhor Presidente? Porque algumas mídias, por eu ser pastor, graças a Deus, há vinte e oito anos, têm o costume de falar: "O Deputado só faz projeto voltado para a área religiosa". Mas isso não é verdade. Eu peço desculpas por ter me confundido. Eu estou tão ligado ao projeto, que acabei me perdendo aqui. Peço desculpas. Vou discutir sobre esse outro projeto, que também é muito importante, e que institui a campanha estadual para idosos, órfãos de filhos vivos, que será realizada anualmente no mês de outubro. A Constituição Federal, em seu artigo 230, disciplina sobre o dever que a família, a sociedade e o Estado devem ter com relação às pessoas idosas, assegurando-lhes condições dignas de bem-estar e garantia de direito à vida, ou seja, a salvaguarda do direito a uma vida em toda sua plenitude. A legislação infraconstitucional, ou seja, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em vigor desde 2004, constitui-se num dos documentos legais mais importantes para a defesa dos direitos da pessoa idosa. No entanto, a letra fria da legislação não basta, nem substituiu a necessária e indispensável conscientização das

peessoas sobre a importância de se preservar as relações familiares e o bem que elas proporcionam, principalmente aos idosos. Nos tempos atuais, o tema tem apreço e ganha relevância, visto que a sociedade moderna impõe cada vez mais uma cultura de independência e autonomia às pessoas, o que impacta negativamente o modo de vida de toda a família. O idoso merece todo o nosso carinho, porque sempre cuidou de nós e dos seus netos, dando atenção e dedicando sua vida para dar o melhor aos seus filhos. E quando esse idoso chega à melhor idade, pela correria em que nós vivemos nos dias de hoje com o trabalho e as preocupações deste mundo, eles acabam sendo esquecidos em casa; mas eles precisam do nosso afeto, do nosso carinho, da nossa atenção. Muitos deles chegam a entrar em depressão, e ficam enfermos, se entristecem, e acabam falecendo por causa disso. Então esse projeto vai ao encontro desses idosos que precisam tanto de carinho, afeto e cuidado. Eles cuidaram de nós quando éramos crianças, e hoje precisamos cuidar deles. Então eu peço a todos os meus amigos Parlamentares o apoio a esse projeto muito importante. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 407/2021, de autoria do Deputado Antonio Vaz.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David? Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim. Eu gostaria de registrar que tivemos a presença do Governador Reinaldo Azambuja aqui em Dourados, ele entregou algumas obras e lançou outras, juntamente às frentes de trabalho. Hoje, Dourados se sente muito bem com a presença do Governador, porque ele não vem com as mãos abanando, mas traz benefícios para a nossa cidade. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado da votação ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - São dezesseis votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE - Aprovado o projeto. Vai à segunda discussão. Item 8. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 086/2022. Autor: Deputado Antonio Vaz. "Dispõe sobre a autorização de disponibilização de exemplares da Bíblia Sagrada nas unidades de ensino do Estado de Mato Grosso do Sul". O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação foi contrário por maioria. O relator foi o Deputado Evander Vendramini. Quem votar sim, vota pela aprovação do parecer contrário, o que acarretará no arquivamento do projeto. Quem votar não, vota contra o parecer contrário, portanto, favorável à tramitação do projeto, com encaminhamento às comissões de mérito para segunda votação. Alguma dúvida? Não. Em discussão.

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Para discutir. Eu estava falando, e até me empolguei por causa desse projeto. Eu sou pastor há vinte e oito anos, e tenho mais de cem projetos nesta Casa, sendo meia dúzia voltados para a religião, quais sejam: o Dia da Bíblia, o Dia do Obreiro Evangélico e o Dia da Juventude Evangélica, portanto são poucos projetos. Eu digo isso porque algumas mídias costumam dizer que o pastor da igreja tal só tem projetos religiosos; mas isso não é verdade. Eu tenho muitos projetos em defesa da mulher, da saúde, da criança e do adolescente, e da saúde dos animais, entre outros. São mais de cem projetos aqui nesta Casa. Eu acho que sou o recordista nesta gestão. Mas esse projeto é importante, porque encontra respaldo no fato de que a cultura ocidental baseia-se na moral cristã de origem milenar e seus instrumentos religiosos. A Bíblia Sagrada se constitui num livro histórico da humanidade, servindo para estudos complementares sobre a época descrita; e esse fato gera a predominância de mais de 80% da população brasileira, que se considera cristã, segundo os seus ensinamentos e valores morais. Sendo assim, a disponibilização dos exemplares da Bíblia nas escolas não agride o Estado laico, mas caracteriza-se como forma de expressão religiosa, como qualquer outra possível em um ambiente escolar, e também terá grande parte dos seus alunos praticantes dos ensinamentos bíblicos. É um projeto que autoriza o Governo a disponibilizar; a pessoa não é obrigada a ler a Bíblia. Eu faço parte da Associação de Ministros Evangélicos (AME), que tem mais de quinhentos pastores, e eles me pediram para criar esse projeto; e eu tenho trabalhado e atendido toda a sociedade, tanto os católicos quanto os evangélicos. Por isso eu peço a colaboração e o entendimento dos nobres pares. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Projeto de Lei nº 086/2022, de autoria do Deputado Antonio Vaz.



Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz? Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Votando sim estará votando pelo o arquivamento, Senhor Presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO - Questão de ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Deputado Antonio Vaz, pode refazer o voto.

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Eu quero mudar o meu voto, porque eu tinha esquecido desse detalhe. Voto não.

PRESIDENTE - Conforme algumas pessoas estão sinalizando para mim, o senhor não pode mudar o voto, Deputado, mas pode trocá-lo. OK. Votou não. Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David? Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nós somos obrigados pela lei a seguir o entendimento da maioria, de que é inconstitucional. Mas eu acho que a proposta do Deputado Antonio Vaz é válida, porque no mundo em que vivemos hoje, ter a Palavra de Deus nesses órgãos é importante. Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro?

DEPUTADO FELIPE ORRO - Eu parablenizo o Deputado Antonio Vaz por esse projeto simples e muito importante. Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Presidente, eu procuro manter a coerência, e acho que no mérito o Deputado Antonio Vaz é assertivo, até porque eu sou católico e entendo que a maioria das pessoas é cristã. Mas o meu entendimento e

o meu voto na CCJR foi pela inconstitucionalidade, pela razão do Estado laico. Então eu vou manter minha posição votando com o parecer. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Presidente, voto não. Como foi falado, além de ter os preceitos judaicos e cristãos, a Bíblia norteia a família com princípios. Ela tem valor histórico para somar, inclusive nas questões histórica e geográfica. Parabenizo o Deputado Antonio Vaz e digo também que é um projeto autorizativo. Quanto a isso, eu quero destacar a presença da minha amiga Professora Eliete, de Guia Lopes da Laguna, que está aqui acompanhando esta Sessão, pois ela até falou algo interessante. Seja bem-vinda. Ela disse que as crianças precisam do contato com esse livro, porque muitos pais não têm tempo e nem falam sobre ele; e que esse livro também é uma biblioteca de contos, pela história e pelas parábolas que apresenta. Então, disponibilizá-lo na biblioteca não é obrigar aos alunos a lerem-no, mas é importante que ele esteja disponível. Sendo assim, eu voto com a Professora Eliete, parabenizando o Deputado Antonio Vaz. Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name? Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Senhor Presidente e Senhores pares, eu quero parabenizar o Deputado Antonio Vaz pelo projeto. Mesmo que o Estado seja laico, a população brasileira, em sua grande maioria, é cristã. Então ter acesso à Bíblia Sagrada, que é a Palavra de Deus, é importante e faz bem para as pessoas. Sendo assim, voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Senhor Presidente, voto não. Meus pais me faziam levar a Bíblia na escola, e eu também passei isso aos meus filhos. É importante ter esse livro na biblioteca, pois ele nos ensina sobre a vida e dá um norte a todos nós. Eu acho isso importantíssimo. Parabéns ao Deputado Antonio Vaz.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, primeiro eu quero parabenizar o Deputado Antonio Vaz pelo projeto; ele não é obrigatório, mas autorizativo. Creio ser de extrema importância levar a Bíblia para as escolas, não como uma obrigação, mas com a possibilidade de levar a Palavra de Deus, com uma mensagem do amor. Sem dúvida, professar a fé é muito bom. Então eu voto contra o parecer da comissão. Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho? Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE - Presidente, só quero lembrar, mais uma vez, que nós estamos votando a constitucionalidade do projeto; não estamos dizendo que o projeto é ou não meritório. Como disse o Deputado Gerson Claro, eu também sou membro da CCJR, e nós temos que ser coerentes. Nós votamos o aspecto constitucional por quatro votos a um na CCJR; e houve apenas o voto contrário do Deputado Professor Rinaldo. Então, mantendo a coerência do que votei na CCJR, eu voto sim; mantendo o direito de votar diferente quanto ao mérito. As pessoas estão falando sobre o mérito do projeto, mas nós estamos discutindo a constitucionalidade, algo que é obrigação da CCJR fazer. Infelizmente, às vezes votamos contra projetos muito bons, mas a nossa obrigação é a subordinação à Constituição Estadual e à Federal; e foi isso que nós fizemos na CCJR. Mas, no mérito, me reservo ao direito de votar diferente. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Senhor Presidente, esse é um tipo de projeto que leva as pessoas a um entendimento dubio sobre a nossa posição. Se você vota contra, fica parecendo que você é contra as pessoas lerem a Bíblia, ou que você é contra a Bíblia. Se você vota a favor, as pessoas vão achar que você é defensor da cultura cristã, da tradição judaico-cristã em nosso País e no ocidente. Eu acho que há uma interpretação equivocada. Eu vou acompanhar o voto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que considerou o projeto inconstitucional, baseado no princípio de que o Estado é laico. Se nós formos exigir que o Governo compre uma Bíblia para cada biblioteca das escolas, nós temos que exigir também que outros livros considerados sagrados por outras religiões também estejam nas estantes das bibliotecas, para que os alunos possam pesquisar e consultá-los, como, por exemplo, o Alcorão, para o muçulmanos; o Evangelho Segundo o Espiritismo, para os espíritas, e o Rigueveda, livro sagrado dos hindus. Então eu acho que se o Estado é laico, e se nós queremos oferecer a oportunidade de os alunos conhecerem livros sagrados das religiões, então deveríamos ter todos eles. Outro ponto é que o projeto é autorizativo, mas não se autoriza algo que não requer autorização; e isso tem que ficar bem claro. Mas, o que requer autorização? Por exemplo, o Governo do Estado quer contrair um empréstimo, então a Assembleia tem que autorizar; ou o Governo do Estado quer doar um imóvel para um determinado município, então a Assembleia tem que autorizar. Mas esse tipo de projeto não pode ser autorizativo, porque a Assembleia não pode autorizar aquilo que não requer autorização da Casa de Leis. Então por este motivo eu vou acompanhar o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto não.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara? Como vota o Deputado Zé Teixeira?



DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Em homenagem ao meu amigo Antonio Vaz, voto não.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito o resultado ao Segundo-Secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dez votos contrários ao parecer. Foram dez votos não e três votos favoráveis. O Deputado Amarildo Cruz não votou.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Posso votar, Presidente?

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Pode votar. Está em tempo. Eu achei que o Deputado Amarildo Cruz tinha se absterido.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Não, Senhor Presidente e Segundo-Secretário. Eu vou acompanhar o voto da manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, visto que estamos votando a constitucionalidade do projeto. No mérito, obviamente a discussão será outra. Voto sim, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Agora a votação está completa. Encerrada a votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são quatro votos favoráveis ao parecer e dez votos contrários.

PRESIDENTE - Quatro votos favoráveis e dez votos contrários. Está rejeitado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. O projeto vai à segunda discussão. Item 9. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, trinta Indicações e vinte e três moções de congratulação. Em discussão...

DEPUTADA MARA CASEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - O que aconteceu, Deputada Mara Caseiro? A senhora está nervosa?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Eu vou lhe falar o que aconteceu. É uma questão de ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Poxa! É uma ordem, mesmo; por isso ficamos todos quietos, Deputada. Sim, senhora.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Senhor Presidente, no dia 13 de abril eu apresentei o pedido de uma audiência pública com o tema: "Mulheres nos Espaços de Poder - Composição da Lista Sêxtupla e Indicações para os Conselhos". Nas indicações para os conselhos, a gente sempre quis a paridade de gênero, por via constitucional, e a lista sêxtupla. Esta audiência pública foi pedida a mim pela BPW,

no meu gabinete. Hoje eu estou no meu escritório, porque estou com um pequeno problema no meu gabinete. Mas, o que acontece? Essa audiência pública também foi solicitada pela Ianê e pela Ecler Nantes, que é advogada. Na última sessão, o Deputado Lidio Lopes também pediu a mesma audiência pública com data diferente, que seria do dia 14 de junho. A minha estava marcada para o dia 8 de junho; então ele veio com um pedido para 14 de junho, dizendo também que a BPW o procurou. Eu não entendi muito bem o que aconteceu, e até gostaria de entender melhor, porque acho que houve uma discussão, enfim; não sei o que houve. Para mim não tem problema algum quem vai fazer essa discussão, somente acho importante trazer esse assunto para a Casa. A gente tem que debater e defender a presença de mais mulheres nos espaços de poder. Mas agora fiquei em dúvida, porque a mesma instituição que me fez o pedido, a BPW, de Campo Grande, por meio da Ianê e da Doutora Ecler Nantes, fez também ao Deputado Lidio Lopes. Isso me causou estranheza, porque a gente já estava fazendo a organização dessa audiência pública para o dia 8 de junho; aí o Deputado Lidio Lopes solicitou audiência para o dia 14 de junho com as mesmas pessoas. Eu queria entender o que aconteceu, e se esses dois pedidos são iguais.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Permite-me, um aparte, Deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Pode falar, Deputado.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Só para esclarecer, Deputada. Quando o pessoal da BPW esteve conosco no gabinete, eles disseram que estiveram com Vossa Excelência. Houve um problema na elaboração da agenda com alguns contatos que eles tinham em nível nacional para trazerem ao evento; por isso só foi possível essa data proposta. Então eu fiz a solicitação do Plenário para a audiência, mas sem tirar Vossa Excelência da frente. Eu só estou me colocando como interlocutor delas para solicitar o Plenário para esse dia. Eu não estou passando por cima, visto que foi questão de agendamento deles e de algumas pessoas que eles gostariam de trazer para o evento, não sendo possível fazer isso no dia 8 de junho, mas sim no dia 14 de junho. Por isso nós solicitamos o Plenário para essa data. Eu só quero contribuir com a BPW, e eles deixaram claro que Vossa Excelência já tinha estado com eles, e que Vossa Excelência não haveria problema algum em partilharmos isso, mesmo porque trarei, por intermédio da Unale, um conferencista para falar nesse evento.

PRESIDENTE - Eu gostaria de dar um pitaco. Isso está impedindo a votação do Item 9 e o do Item 10. Eu vou sugerir, Deputada Mara Caseiro: tem como Vossa Excelência se reunir com o Deputado Lidio Lopes? Para mim estará boa a conclusão a que vocês chegarem. Se eu tiver que opinar, Deputado Lidio Lopes, terei que seguir o Regimento. Quem pediu primeiro foi a Deputada Mara Caseiro, para que fosse feita no dia 8 de junho. Eu não gostaria de ter que opinar. Se vocês dois puderem conversar, eu acho que ficará de bom tamanho.

DEPUTADO LIDIO LOPES - Senhor Presidente...



PRESIDENTE - Eu vou aguardar o resultado.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Não! Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Pela ordem, de novo, Deputada?

DEPUTADA MARA CASEIRO - É para definirmos isso.

PRESIDENTE - Pela ordem, outra vez. Calma, calma. Agora a Deputada Mara Caseiro vai falar. Não entendi. Qual a sua sugestão?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Eu entendo e aceito a sua sugestão, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Então, pronto.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Realmente, eu e o Deputado Lidio Lopes temos que conversar para definirmos o que queremos.

PRESIDENTE - Perfeito.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Temos que fazer a melhor audiência possível para ter o máximo de participantes que venham trazer sugestões e falar da importância de hoje termos paridade de gênero.

PRESIDENTE - Se puderem fazer em conjunto será melhor. É essa minha sugestão. É uma sugestão salomônica. Obrigado. Posso continuar? Item 9. Em discussão única e votação simbólica: dois requerimentos, trinta indicações e vinte e três moções de congratulações. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria dos Deputados Paulo Corrêa, Felipe Orro e Zé Teixeira, em razão do falecimento de Pedro Henrique Evangelista Bahia. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Neno Razuk, em razão do falecimento do Senhor Jardel Barcelos de Paula. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da Senhora Maria de Lourdes Candida. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Natalino Aparecido de Barros. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Inscrito o Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Amarildo Cruz. Transferida.

DEPUTADA MARA CASEIRO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Outra vez?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Eu posso me inscrever, Senhor Presidente?

PRESIDENTE - Sim, senhora. Está inscrita. Deputado Amarildo Cruz? Transferida. Deputado Pedro Kemp? Transferida. Deputado João Henrique? Transferida.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Sim, Deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Senhor Presidente, eu não vou me inscrever, mas eu gostaria de fazer o registro do falecimento de um grande amigo meu, o Adolfo Ferrari, que faleceu esta noite e será sepultado em Maracaju. Foi uma pessoa de estreita amizade de muito anos. Viemos juntos de Santo Anastácio para Dourados, no início da abertura da região, como produtores rurais. Então quero deixar registrado meu sentimentos pelo meu grande amigo Adolfo Ferrari, que era genro do Senhor Adolfo de Souza, antigo dono da Fazenda Curral de Arame. Era só, isso Senhor Presidente. Deixo meus sentimentos à família.

PRESIDENTE - Ok. Registrado. Senhores Deputados, eu também quero fazer o registro da presença do meu amigo Vereador Renner Barbosa, do Município de Maracaju; do Vereador Luiz Carlos do Prado, do Município de Santa Rita do Pardo e do Vice-Prefeito Cacildo Paião, do Município de Batayporã. Sejam bem-vindos à nossa Casa. A Deputada Mara Caseiro está inscrita nas Explicações Pessoais. Vai utilizar o seu tempo ou transferi-lo?

DEPUTADA MARA CASEIRO - Vou utilizá-lo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (sem revisão do orador) - Quero apenas fazer um convite, pois nós teremos uma audiência pública no dia 24 de maio, às quatorze horas, no Plenário Deputado Júlio Maia. Nessa audiência falaremos da importância do combate ao assédio sexual e moral contra as mulheres nos ambientes de trabalho. Nós teremos a presença do Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul, o Senhor João Marcelo; da Procuradora-Chefe do Ministério do Trabalho, a Doutora Candice Arosio; do Psiquiatra Doutor Marcos Estevão; da Consultora Legislativa do Estado, a Procuradora Doutora Doriane Gomes Chamorro e da advogada Andrea Flores, que é Conselheira Federal. Todos eles falarão sobre esse crime, porque a gente tem que deixar bem claro que o assédio sexual e o assédio moral são crimes. O assédio sexual está definido no artigo 216-A do Código Penal como: "Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou

favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência, inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função". É bom que se diga isso. Quanto ao assédio moral, em março de 2019, a Câmara Federal aprovou o Projeto de Lei nº4742/2019, que define como crime o assédio moral no trabalho. Na lei, o assédio moral pode ser definido como o ato de regularmente violar a dignidade de outra pessoa, causando-lhe dano. Então, dia 14 estaremos debatendo e falando da importância de combatermos esse tipo de crime nos ambientes de trabalho. Às vezes, uma brincadeirinha de mau gosto, que talvez não o seja para o homem, é algo que dói e machuca as mulheres. Então, Senhor Presidente, faço o convite para que todos participem dessa audiência pública, para que a gente possa combater esse tipo de crime nos ambientes de trabalho e em qualquer outro lugar. Obrigado, Senhor Presidente. Era o que eu tinha para hoje.

PRESIDENTE - Obrigado, Deputada Mara Caseiro. Encerrada as Explicações Pessoais. Vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Obrigado, Senhores Deputados. Até amanhã, se Deus quiser (11h18min).